

BIBLIOTECAS: LUGAR DE MEMÓRIA E DE PRESERVAÇÃO - O CASO DA BIBLIOTECA NACIONAL DO BRASIL*Rosane Maria Nunes ANDRADE^{*1}

Resumo: Ao analisar a trajetória das bibliotecas, no que se refere ao seu papel cultural, nota-se dois pontos centrais: são lugares de memória nacional, na medida em que sua configuração política e técnica requerem que ela seja o espaço de ordenação das políticas do Estado e da manifestação da sociedade em suas demandas culturais; são lugares de preservação do patrimônio intelectual porque concentram em sua estrutura uma história da cultura e das idéias de um povo. A Biblioteca Nacional possui uma dimensão central na configuração da memória nacional e do patrimônio intelectual, uma vez que é responsável pelo registro e a guarda da produção bibliográfica brasileira (Lei do Depósito Legal). Por meio dessa atribuição legal, torna-se uma das ferramentas fornecedoras das bases de constituição da cultura nacional.

Palavras-chave: Biblioteca Nacional; lugar de memória; lugar de preservação do patrimônio bibliográfico.

LIBRARIES: PLACE OF MEMORY AND PRESERVATION - THE CASE OF THE BRAZIL'S NATIONAL LIBRARY

Abstract; In examining the history of libraries in relation to their cultural integration, we find two central records: they are places of the national heritage, as the political and technical configuration requires for it to be the reference for the State's politics and the Society's manifestation in its cultural demands; they are places for the preservation of the intellectual heritage because concentrate in its structure a historical culture and the ideas of a nation. The National Library because of the specificity of the Brazilian culture's upbringing assumed a main role in the configuration of the national and the intellectual heritage, since it is responsible for the registration and custody of the Brazilian production literature (Law on Legal Deposit). Through this award legal, becomes one of providing tools for building the foundations of national culture.

* Rosane Maria Nunes Andrade é Mestre em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Bibliotecária, chefe da Divisão de Informação Documental (DINF) da Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro/RJ - Brasil. E-mail:rosanenandrade@gmail.com

Key words: National Library; places of the heritage; places for the preservation of the bibliographic heritage

Introdução

A biblioteca torna-se um projeto utópico quando se propõe a fazer existir num mesmo espaço todos os vestígios do pensamento humano. Podemos fazer um paralelo com a Biblioteca de Alexandria onde os soberanos queriam afirmar a primazia da língua e da cultura grega, dotando sua capital com a memória do mundo, uma cidade nova, uma cidade de colonos, de militares e aventureiros².

Tomando como parâmetro a epígrafe acima, pode-se definir as bibliotecas como um lugar de memória e de preservação do patrimônio documental, considerando-a “como um espaço dinâmico e vivo tendo como uma das tarefas fundamentais colecionar, proteger, inventariar e, finalmente, tornar acessível a herança da cultura escrita”.³ Isso pode ser aferido, através de muitos séculos, onde os documentos bibliográficos, arquivísticos costumavam ser reunidos em palácios, igrejas e bibliotecas, das quais temos o exemplo da Biblioteca de Alexandria. Portanto, “até o século XV aproximadamente, esse patrimônio intelectual reunia com ele os seus guardiões, organizadores e compiladores”⁴.

Na Antigüidade e Idade Média, as bibliotecas eram símbolos de poder e acúmulo de conhecimento para uma elite privilegiada. Nesse período, encontramos em algumas cidades da Europa, bibliotecas reais possuidoras de belíssimos acervos, restritas a Corte e destinadas a formação da realeza. “Formada dentro do espírito que caracterizava o século XVII, época em que as coleções privadas eram acessíveis a uns poucos, reunidas em bibliotecas”⁵.

Segundo Roger Chartier⁶, as bibliotecas reais constituíam-se de coleções adquiridas de diversas formas: pela reunião das bibliotecas dos membros da Família real; pelos confiscos operados às expedições militares vitoriosas; pela obrigação do depósito de exemplares pedido aos livreiros e impressores; por doações; pela aquisição de obras particulares compradas no exterior por viajantes, diplomatas.⁷

O crescimento da produção editorial impressa gerou transformações culturais na história da sociedade ocidental: multiplicou o número de livros tornando-os mais

baratos e de fácil circulação, permitiu ao leitor o acesso a uma variedade de textos e provocou mudanças associadas à leitura. A biblioteca ganhou uma existência própria no século XVII, quando surgiram as primeiras bibliotecas públicas, patrocinadas por mecenas (pessoas que patrocinavam artistas e escritores para obter prestígio).

Assim, a partir da introdução da imprensa e do processo informacional que se acelerou no final do século XIX, com a presença de uma tecnologia que exigia novos procedimentos e novos produtos de trabalho, as bibliotecas buscaram acompanhar essas transformações e passaram a criar espaços diferenciados (centros de documentação, centros de memória e outros) que conquistaram progressiva eficiência, atendendo mais direta e rapidamente a seus usuários. As bibliotecas-depósito com acervos de livros raros, manuscritos acessíveis a uma elite de sábios e eruditos, abre espaço para as bibliotecas públicas⁸ destinadas a atender a comunidade em geral, disponibilizando o acesso ao seu acervo.⁹

A informação passou a ter um caráter formal, valorativo e negociável. Surgiram redes nacionais e internacionais para veicular as informações processadas e armazenadas em grandes bases de dados. Com isso, as organizações detentoras de acervo (bibliotecas, arquivos) foram valorizadas como locais onde são possíveis as combinações das informações armazenadas, gerando novos conhecimentos.

As bibliotecas nacionais, com a finalidade de guarda da produção bibliográfica, assumem o papel institucional de preservação da memória do conhecimento. Buscando uma leitura na trajetória histórica das bibliotecas nacionais, pode-se perceber a adoção de medidas que assegurem a preservação do patrimônio documentário de cada país.

A história das bibliotecas nacionais remonta ao século XVIII quando em 1795 a Biblioteca Real da França, através da Convenção Nacional Francesa, foi declarada de propriedade nacional e estabelecido o depósito de exemplares impressos na França¹⁰. Segundo Janice Monte-Mór¹¹, nesse momento, ficava “estabelecida à prerrogativa do depósito legal como característica comum às atuais bibliotecas nacionais”.

No entanto, deve-se a Arundell Esdaille, do Museu Britânico, a importância de situar a biblioteca nacional como categoria diferenciada de outras bibliotecas, através de um estudo realizado por ele com várias bibliotecas nacionais, onde procurou comparar as atividades desenvolvidas, os objetivos e o tipo de acervo¹². A partir dessa análise, Arundell abriu fronteira para que várias reuniões acontecessem visando conceituar bibliotecas nacionais e a publicação de inúmeros artigos sobre o tema.

Em 1950, ocorreu no cenário internacional, um debate que pontuava os problemas e o papel das bibliotecas no campo da informação, através da Conferência Internacional sobre a Melhoria dos Serviços Bibliográficos, promovida pela UNESCO, em Paris, onde foi firmada a recomendação de criação, em cada país, de um Centro de Informação Bibliográfica Nacional. No Brasil, tal recomendação resultou na criação, em 1954, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD).

No III Congresso Internacional de Bibliotecas, realizado em Bruxelas no ano de 1955, foi discutida a necessidade de responsabilizar uma biblioteca central pela conservação e uniformização da produção bibliográfica, visando à preservação dos documentos e à participação numa rede internacional de intercâmbio cultural. Como decorrência desse encontro, foi feito o Colóquio das Bibliotecas Nacionais da Europa, que estabeleceu recomendações, passando a nortear o desempenho das bibliotecas nacionais de vários países, inclusive o Brasil. Dentre elas, podemos citar: a) responsabilidade de adquirir e conservar a produção nacional impressa e as publicações estrangeiras necessárias ao país; b) adoção de regras comuns de catalogação; c) produção das bibliografias nacionais correntes através do Boletim Bibliográfico¹³; e) centro nacional de permuta bibliográfica, em âmbito nacional e internacional; f) disponibilizar conhecimento quanto aos meios e técnicas de conservação e restauração material dos documentos. Diante dessas características, a biblioteca ficava conceituada como nacional, tendo um caráter normatizador perante as demais bibliotecas ditas públicas.

Em 1970, a UNESCO, em suas *Recomendações relativas à normalização internacional de estatísticas de bibliotecas* define biblioteca nacional como “bibliotecas que, independente de seus títulos, são responsáveis pela aquisição e conservação de exemplares de todas as publicações significativas editadas no país e funcionam como biblioteca depositária do conhecimento humano”. Ficava assim, a Biblioteca Nacional do Brasil responsável pela guarda da produção intelectual do país.

Segundo dados apresentados por Janice Monte-Mór¹⁴:

No século XIX já havia bibliotecas nacionais em 20 países. Durante o século XX, tem-se notícia da criação de mais 30, número que tende a crescer com o processo da descolonização e o estabelecimento de novos regimes democráticos em muitos países, depois da Segunda Guerra Mundial. (...) Alguns países, ou por razões históricas, ou pela eficiência de certas bibliotecas, possuem mais de uma

biblioteca nacional. Este é o caso, da Itália, da Inglaterra, ou dos Estados Unidos da América.

A Biblioteca Nacional (BN)

1 - Um pouco da história

A Biblioteca Nacional teve origem na coleção real – a Real Biblioteca – que chegou ao Rio de Janeiro em 1811 quando, fugindo à invasão de Portugal pelas forças napoleônicas de Junot, aqui desembarcam D. João, a rainha D. Maria I e demais membros da Família Real (1807 – 1808).. Esta se constituiu, a princípio, da livraria que D. José I, rei de Portugal, mandara organizar, a fim de substituir a Real Biblioteca da Ajuda, fundada por D. Duarte e destruída com o terremoto de Lisboa de 1 de novembro de 1755, no incêndio do Poço da Ribeira. Com sua vinda, “a imagem do rei e o saber erudito dos governantes estavam fortalecidos”¹⁵.

Chegava assim, o Iluminismo em caixotes aos trópicos. Vieram a Ciência e a Filosofia. A Real Biblioteca possuía não só um rico acervo de livros e manuscritos, que cobriam diferentes áreas do conhecimento – deste a religião, passando pelos clássicos, e chegando aos historiadores portugueses – como coleções preciosas de iconografia, compostas de estampas de escolas européias. Possuía em seu acervo setenta mil volumes que incluíam obras raras, documentos selecionados, códices, incunábulos, gravuras, partituras e mapas. Herdeira de muitos reinados e dos gostos de diferentes soberanos, a “livraria régia” como também era conhecida a Real Biblioteca, expressava o interesse dos monarcas portugueses pelo livro ou pelos valores políticos que um acervo como aquele representava¹⁶. Possuir uma biblioteca que reunia em seu acervo todo do conhecimento do “mundo” dava a realeza, poder e prestígio. Tinha no seu acervo as Livrarias do Colégio de Todos os Santos e do Infantado e como destaque a do abade Diogo Barbosa Machado.

A coleção era formada de 3134 folhetos, agrupados em 85 volumes. Esses folhetos traziam elogios, panegíricos, notas fúnebres, anúncios ligados aos reis e rainhas de Portugal, ou por vezes relatavam o evento de um só dia. Barbosa fazia comentários sobre as raridades das obras, a procedência do documento e acerca do autor. A coleção possuía também retratos. Dela faziam partes obras impressas com

ilustrações gravadas a água-forte ou buril. Tinha ainda mapas, vistas e plantas de fortalezas que registravam feitos da história de Portugal, África e Oceania.

Assim, a cidade do Rio de Janeiro recebia não só um amontoado de livros reunidos de qualquer maneira, mas o espírito pombalino de implantação de uma biblioteca como um repositório do saber universal.

Ramiz Galvão ¹⁷, ao descrever a coleção bibliográfica trazida por D. João afirma que:

Não se sabe. O que mais se deva admirar, se a excellencia das edições raras, se a belleza dos exemplares predferidos pelo douto collecionador, se enfim a boa ordem e perfeição das colleções facticiais, prodígio de perserverança e de cuidado. Estão nelles reunidas quase todas as províncias do saber humano, representado pelas suas obras mais dignas de nota e estima.

Convém ressaltar que a trajetória das bibliotecas no Brasil iniciou-se com as ordens religiosas dos beneditinos, dos franciscanos que possuíam bibliotecas nos conventos. Isso se devia a função dos religiosos na formação letrada das pessoas, conforme é colocado por Rubens Moraes¹⁸ : “Como na Europa da Idade Média, foi o convento quem nos ensinou a ler e a estudar”.

Além dessas, encontramos a circulação de livros nas mãos dos moradores de Vila Rica e bibliotecas privadas¹⁹ dotadas de raríssimas leituras que foram arroladas como bens no processo de confisco dos poetas na Conjuração Mineira.²⁰

Isso pode ser confirmado através dos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, onde vários livros foram arrolados no espólio. Eduardo Frieiro²¹ analisa a livraria de Luis Vieira da Silva, cônego de Mariana, cuja coleção era dotada de obras de boa qualidade.

Temos ainda como destaque no campo editorial, a Livraria E & H. Laemmert responsável pelo Almanak Laemmert e a Livraria Garnier que publicaram obras de nossos mais importantes literatos, tais como: José de Alencar, Machado de Assis, Joaquim Nabuco e outros.

Em 27 de junho de 1810, D. João estabeleceu que sua Real Biblioteca ficaria instalada no andar superior do Hospital do Convento da Ordem Terceira do Carmo, na rua Direita, hoje rua Primeiro de Março, mediante o decreto de 27 de julho de 1810.

Para Lygia Cunha²², a primeira informação sobre as instalações da Real Biblioteca foram registradas pelo Frei Luís Gonçalves dos Santos, também conhecido como Padre Perereca:

Tendo vindo de Lisboa as Reais Bibliothecas da Corôa, e Infantado, foi sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor, servido destinar para local do estabelecimento de ambas o Hospital dos Terceiros do Carmo, não só por causa da vizinhança do Paço, mas também pela capacidade deste edifício.

Em 1814, por ordem do Príncipe Regente, a Real Biblioteca instalada no Hospital do Carmo, abriu suas portas à população, ficando acessível ao público, perdendo seu caráter particular. A partir desse ato, Rubens Moraes²³ registra “aqui termina o período medieval das bibliotecas brasileiras”. Com a leitura franqueada a população da colônia, ficava a Real Biblioteca descaracterizada de sua função ligada apenas à formação da realeza.

Na volta de D. João VI a Portugal, a Real Biblioteca continuou no Rio, pois seria impossível desmontá-la com pressa. No regresso, D. João VI teria levado apenas parte dos manuscritos da Coroa – documentos referentes à história de Portugal. Entre os numerosos itens que ficavam no Brasil e pelos quais Portugal fazia questão de ser indenizado, no documento intitulado “Conta dos Objetos que Portugal Teria Direito de Reclamar ao Brasil”, o segundo item mais importante relacionado (o primeiro se referia à metade da dívida pública, até 1817) era a Real Biblioteca²⁴. Através da Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade, de 29 de agosto de 1825, o país adquiriu a biblioteca do rei – a Biblioteca Nacional Brasileira.

Com o crescimento do acervo, a falta de espaço para acomodação dos livros e os pedidos insistentes dos provedores do prédio solicitando sua devolução, três meses depois, a Biblioteca deixou o Convento do Carmo para se instalar no casarão da Rua do Passeio, no atual bairro da Lapa, onde funciona atualmente, a Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A questão da preservação e disseminação do acervo da Biblioteca Nacional já encontrava respaldo nas medidas adotadas pelo seu diretor, Benjamin Franklin Ramiz Galvão²⁵, em 1870, com a publicação dos *Annaes da Bibliotheca Nacional* e do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*.

Essas medidas vinham de encontro ao Regulamento da Biblioteca, datado de 24 de março de 1876, que destacava como competência do bibliotecário: “Dirigir a publicação dos Annaes da Bibliotheca Nacional, revista periódica onde deverão ser publicados os manuscritos interessantes da Bibliotheca e trabalhos bibliográficos de merecimento, compostos pelos empregados da repartição, ou por indivíduos estranhos a ela”. Editado uma vez por ano, os Anais publica trabalhos referentes ao acervo da Biblioteca e sua história, divulga textos de conferências realizadas na Instituição, transcreve documentos que não são permitidos o acesso por motivo de conservação.

Aproveitando o projeto de remodelação da cidade do Rio de Janeiro, implementado por Rodrigues Alves (1902-1906) que procurava transformar a capital federal numa cidade moderna, civilizada, Manuel Cícero Peregrino da Silva²⁶, diretor da Biblioteca Nacional, no período de 1900 a 1924, solicitou um espaço para a Biblioteca dentro do novo cenário urbanístico. Após vários meses de obras, a Biblioteca Nacional inaugurou no dia 29 de outubro de 1910, sua nova sede na Avenida Central, atualmente Avenida Rio Branco, integrando-se perfeitamente à nova paisagem urbana num ponto estratégico da cidade que se “civilizava”. O prédio da Biblioteca Nacional foi projetado pelo general Francisco Marcelino de Souza Aguiar, e a construção foi coordenada pelo engenheiro Napoleão Muniz Freire e Alberto de Faria.

Sobre a inauguração do novo prédio da Biblioteca Nacional, os jornais noticiavam:

É, sem dúvida alguma, das construcções officiaes da Avenida Central, um dos mais belos edifícios, esse da Bibliotheca Nacional. Impõe-se logo pela severidade das linhas, pela magestade da fachada, pela grandeza dos efeitos architectonicos.²⁷

Com seu novo prédio e localizada no espaço de simbolização de uma capital moderna, a Biblioteca Nacional, durante as gestões de vários diretores, foi aos poucos, adquirindo uma projeção institucional que assemelhava seu papel ao lado das grandes bibliotecas internacionais. Assim, a BN passava a representar o país como instituição responsável pela preservação documental brasileira conforme as bibliotecas nacionais de outros países.

Em termos administrativos, a Biblioteca Nacional esteve subordinada ao antigo Ministério do Interior e Justiça, depois ao Ministério da Educação e Saúde. Com a

separação deste e a criação do Ministério da Saúde, ela passou integrar o Ministério da Educação e Cultura. Em 1981, o órgão passou à administração indireta, fazendo parte da Fundação Nacional Pró-Memória, até o ano de 1984, quando, junto com o Instituto Nacional do Livro, passou a constituir a Fundação Nacional Pró-Leitura.

Em 1990, A Biblioteca Nacional foi transformada em fundação de direito público, com vínculo ao Ministério da Cultura, absorvendo parte das funções do Instituto Nacional do Livro (INL) que foi extinto naquele ano pelo governo Collor. A partir dessa data, a Fundação Biblioteca Nacional, passa a coordenar as ações ligadas à leitura e ao livro e expande sua atuação para além de sua importância como instituição de preservação.

2 – Lugar de memória e preservação do patrimônio bibliográfico

Como instituição que garante a preservação dos documentos, a Biblioteca Nacional é a única beneficiária da Lei 1.825 de 20 de dezembro de 1907 (Lei do Depósito Legal), que dispõe sobre a remessa de obras à instituição. É por meio desse amparo legal que a BN exerce seu papel de “guardiã da memória gráfica nacional”, sendo essa lei a ferramenta da instituição em sua luta para preservar e divulgar o patrimônio bibliográfico e hemerográfico do país Para Maria Cecília Fonseca²⁸, o “depósito legal de publicações na Biblioteca Nacional contribui para a construção do patrimônio cultural brasileiro, na medida em que identifica as criações científicas, artísticas e tecnológicas²⁹ e assegura o acesso a elas, trazendo garantias e benefícios aos seus autores”.

Assim sendo, a Biblioteca Nacional tem como atribuição à reunião, a preservação e a organização de arquivos e coleções (geralmente compostos de documentos originais, as “fontes primárias”) e de conjuntos documentais diversos reunidos sob o critério de valor histórico e informativo.

O conceito de patrimônio bibliográfico pode ser entendido como um conjunto de documentos, de origem pública ou privada, existentes no âmbito de uma nação, de um estado ou de um município, formado através de sua importância administrativa, histórica e cultural. Sua preservação e proteção são garantidas por amparo legal quando inscritos nos Livros de Tombo pertencentes ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), conforme artigo 1º do Decreto-lei 25 de 30 de novembro de 1937, “os bens (...) só serão considerados parte integrante do patrimônio

histórico e artístico nacional depois de inscritos separados ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo de que trata o artigo 4º desta lei”.

Como uma das funções da Biblioteca Nacional, a proteção do patrimônio bibliográfico, foi objeto de atenção do legislador do patrimônio cultural na mesma legislação. A letra do artigo 1º define como patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis de interesse público, “quer por sua vinculação com fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, *bibliográfico*³⁰ ou artístico”.

Atualmente, segundo o Arquivo Noronha Santos do IPHAN, a Biblioteca Nacional está tombada no Livro de Belas-Artes, inscrição 504, nº processo 0860.T-72, em conjunto com o Museu Nacional de Belas Artes e o Teatro Municipal. É considerado patrimônio material protegido pelo IPHAN, uma vez que se encontra classificado em uns dos quatro Livros de Tombo tendo como base à natureza do seu acervo: documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e sonoros.

Além disso, a Biblioteca Nacional é um lugar de memória nacional. É o lugar onde se dá o armazenamento da escrita produzida em tempos e localidades diversas e desempenha, apesar de todo o avanço tecnológico, o papel de guardião do conhecimento, não no sentido de guardar para si o patrimônio material e imaterial produzido por homens e mulheres do passado, mas, de através dele, possibilitar estudos e investigações sobre tantas experiências passadas, presentes, de alguma forma, em seu acervo. Seguindo o pensamento de Pierre Nora, poderíamos designar as bibliotecas como lugares de memória³¹, já que incluem nos seus acervos, documentos que representam a cultura erudita (manuscritos, incunábulo e outros) e popular (literatura de cordel, revistas em quadrinhos, coleções de livros de bolso, filmes, discos).

Esses documentos constituem-se importantes fontes de pesquisa histórica e de referências para o mapeamento das memórias e histórias coletivas. Ainda para Nora, não havendo mais memória espontânea é necessária a criação de lugares que possam dar conta dessas operações que não são naturais. O autor, na sua busca para uma solução possível ao problema de “não ter memória”, pontua que se não há uma memória espontânea e verdadeira, há, no entanto, a possibilidade de se acessar a uma memória reconstituída que nos dê o sentido necessário de identidade. Longe de ser um produto espontâneo e natural, os “lugares de memória são uma construção histórica”.

Para Janice Monte-Mór³², as bibliotecas nacionais desempenham “o papel de órgão por excelência da memória do conhecimento”, pois tem como finalidade a organização, a disseminação, a preservação, o registro e a proteção da produção bibliográfica.

No Brasil, a questão da proteção dos documentos de valor histórico e artístico, começa a ser considerada importante a partir da década de 1920, dando ênfase a uma participação maior do Estado. As instituições culturais nacionais (museus, bibliotecas) estavam em funcionamento nessa época, mas não tinham meios para proteger os bens que integravam suas coleções. Através de denúncias de intelectuais³³ sobre o abandono das cidades históricas e deterioração dos “tesouros da nação”, o tema passou a ser objeto de debates nas instituições culturais, no Congresso Nacional, nos governos estaduais e na imprensa. Foi no período do governo Vargas, na década de 1930, na gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde, que grandes reformas foram feitas na área educacional e cultural.

Foi também nessa época que se definiu uma política de preservação do patrimônio, com a criação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)³⁴, concebido por Mario de Andrade, tendo como diretor Rodrigo Mello Franco de Andrade. Nesse período, diversos museus foram criados em todo o território nacional (Museu Imperial de Petrópolis, Museu da Inconfidência), em consonância com a política de preservação adotada por Capanema. Para Celso Furtado, o SPHAN vinha de encontro ao desejo dos intelectuais da época, preocupado com os problemas reais das várias regiões do país. O lema levantado era a “luta pela proteção do patrimônio cultural brasileiro”:

Tratava-se de criar um quadro de especialistas que se fizessem presentes por todo o imenso Brasil; tratava-se de defender a integridade de um patrimônio que sequer havia sido identificado. E tudo isso em um país que pouco refletira sobre o seu passado, e marcado por profundo desencontro entre elites e povo.³⁵

Gustavo Capanema, Ministro da Educação de 1937 a 1945, vislumbrava na área da cultura, um campo para construção da alma nacional. Isso vinha sendo refletido desde o ano de 1920 com o modernismo, que pregava a construção de um país autêntico, buscando suas raízes na literatura, na música, na política e na sociedade.

Para concretização desse ideal, na gestão de Capanema, a ação pedagógica desenvolvida tinha em vista os seguintes parâmetros: a) a ênfase ao conteúdo nacional na educação (obrigatoriedade da língua portuguesa, cursos de moral e cívica); b) a existência de uma padronização nas instituições de ensino; c) a erradicação das minorias étnicas, lingüísticas e culturais que existiam em várias regiões do Brasil, tais como: colônias de alemães, italianos.³⁶

Capanema procurou construir seu projeto cultural, dando ênfase à construção de um Estado Nacional voltado para o progresso e para o futuro. Procurou também redefinir “os encargos da Biblioteca Nacional, do Observatório Nacional, da Casa de Rui Barbosa e do Museu Histórico Nacional”³⁷. Para ele, os monumentos do passado deveriam ser recuperados e preservados na memória nacional. Assim, traçou metas de restauração de alguns monumentos, entre eles o novo prédio da Biblioteca Nacional.

Capanema enviou ao presidente uma exposição de motivos no mês de junho de 1937, onde discorreu a cerca da Biblioteca Nacional:

Todos os países cultos do mundo se esmeram em manter os seus grandes estabelecimentos de cultura (bibliotecas, museus, arquivos, etc) em estado de primorosa conservação, dotando-os, cada dia mais, de elementos novos, que os elevem na utilidade nacional e no conceito internacional. A nossa Biblioteca Nacional é uma instituição que poderia ocupar o lugar de relevo entre os grandes estabelecimentos culturais do mundo. Fundada ao tempo de D João VI, e deste logo provida de avultado números de obras de raro valor, ela se enriqueceu consideravelmente na monarquia e no período republicano. O seu patrimônio bibliográfico é hoje enorme e precioso. .³⁸

A primeira iniciativa do governo federal com relação à proteção do patrimônio foi a elevação de Ouro Preto à categoria de monumento nacional, pelo decreto n. 22.988, de 12 de julho de 1933. Nesse mesmo período, foi feito um pedido (Processo do Conjunto da Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro nº 860-T-72) pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil e pelo Clube de Engenharia solicitando o tombamento³⁹ de nove edifícios: Palácio Monroe, Tribunal de Justiça, Biblioteca Nacional, Escola de Belas Artes, Dérbi Clube, Jóquei Clube, Clube Naval, Teatro Municipal e Assembléia Legislativa. Tinha como justificativa o fato desse conjunto simbolizar a reforma urbanística proposta pelo prefeito Pereira Passos para a cidade.

Com a criação da Fundação Pró-Memória, em fins dos anos 1970, a noção de patrimônio expandiu-se e veio a incluir não somente monumentos arquitetônicos, obras de arte erudita, mas também documentos, artesanatos, festas, arte popular. Seria um retorno aos ideais de Mario de Andrade que em seu projeto definia como patrimônio artístico nacional “todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil”.

Com relação à preservação e difusão do patrimônio documental do país, a Biblioteca Nacional desenvolve dois planos: PLANO - Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos e PLANOR – Plano de Preservação de Obras Raras, com o objetivo de informar sobre as técnicas mais modernas com relação a restauração e conservação, além de conscientizar sobre os perigos da perda da memória regional sob a guarda de cada biblioteca.

A Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições – IFLA recomenda para o estabelecimento de políticas de preservação dos acervos documentais: a) preservar o conteúdo intelectual da informação através da transferência para outro suporte; b) preservar a integridade física original (formato original) da espécie bibliográfica, tão intacta e utilizável quanto possível.⁴⁰

As atividades que a Biblioteca Nacional desenvolve através do processamento técnico (catalogação, classificação) são dados específicos de uma política de preservação. “A política de preservação voltada para o acervo das instituições constitui mais uma forma de respaldar sua função social, permitindo que gerações futuras possam vir a conhecer suas referências passadas”.⁴¹

De modo a garantir esse exercício, vários documentos foram editados como fontes de pesquisa histórica: Anais da Biblioteca Nacional, Catálogo da Exposição de História do Brasil, Autos da Devassa da Inconfidência Mineira, Boletim Bibliográfico, Bibliografia Brasileira, Documentos Históricos e outros.

Atualmente, a Biblioteca Nacional é parte integrante do sistema nacional de bibliotecas do país. Sua interação com outras bibliotecas é feita através da cooperação bibliográfica que serve de registro e de intercâmbio de dados relativos aos documentos (entrada de autor, título, assunto e outros).

Considerações finais

Mesmo que em sua trajetória histórica as bibliotecas tenham sido idealizadas pelo desejo de poder e de prestígio de um rei, devemos lembrar que sua permanência no decorrer dos séculos não esteve apenas alicerçada nesse objetivo, mas também com a finalidade de armazenamento da memória intelectual de um país e em atender uma “comunidade de leitores” que ocupavam suas salas de leitura para “saborear” o gosto pelos livros e descobrir novas interpretações que um texto pode produzir:

Ler numa biblioteca é instaurar uma dialética criadora entre a totalidade e suas partes, entre a promessa de uma memória universal, mas que ultrapassa o olhar de todo indivíduo, e os itinerários pacientes, parciais e atípicos, desenvolvidos por cada leitor.⁴²

Cabe nessa relação apontar o papel a ser desenvolvido pelo bibliotecário. Sua atuação profissional envolve as tarefas de tratar, organizar, conservar e divulgar as informações, criando catálogos, elaborando bibliografias, estabelecendo regras. Porém, nesse “agir” é necessário propiciar ao leitor uma leitura consciente acerca do espaço social.

Apesar dos esforços para que a Biblioteca Nacional assegure sua importância no cenário nacional e internacional, seus problemas ainda continuam vigentes: falta de autonomia administrativa, falta de espaço físico, quadro de pessoal reduzido. Esses aos longos dos anos, têm sido apontados pelos diretores, em vários relatórios, solicitando medidas emergenciais que possam manter a Biblioteca Nacional com o “status” de instituição responsável pela guarda do patrimônio bibliográfico brasileiro. Inventariar, restaurar, preservar como atividade integral e permanente, é a razão de ser de sua existência.

Finalizando, convém lembrar, que atualmente, o belíssimo acervo da Biblioteca Nacional não está em condições de armazenamento adequado, em decorrência de uma frágil política governamental voltada para a área de preservação dos documentos bibliográficos. Como instituição tombada oficialmente, seu acervo passou a ser assentado em bases de direitos e deveres a serem garantidos pelo Estado, como um bem de valor patrimonial nacional.

Cabe aqui a colocação feita por MONTE-MÓR⁴³

É de responsabilidade do SPHAN, através do decreto 84.198, de 13 de novembro de 1979, inventariar, classificar, tomba, conservar e restaurar monumentos, obras, documentos e demais bens de valor histórico, artístico e arqueológico existentes no país, bem como tomba e proteger o acervo paisagístico do país”.

Recebido para publicação em maio de 2009.

Aprovado para publicação em junho de 2009.

Notas

* Este trabalho compõe um dos capítulos da dissertação de mestrado em História defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com o título “Biblioteca Nacional: ‘monumento de aço e granito’ na Avenida Central”.

¹ Mestre em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Bibliotecária, chefe da Divisão de Informação Documental (DINF) da Fundação Biblioteca Nacional.

² BARATIN, Marc; JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000. p.47

³ CHARTIER, Roger. As revoluções da leitura no Ocidente. In: ABREU, Marcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil; FAPESP. 2002. p.30.

⁴ CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetória e perspectivas*. São Paulo: Unesp/Fapesp, 1999. p. 52.

⁵ CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. Subsídios para história da Biblioteca Nacional. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 101, Rio de Janeiro, 1981. p.131.

⁶ CHARTIER, Roger. O príncipe, a biblioteca e a dedicatória. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000. p.185.

⁷ No caso da Real Biblioteca de Portugal, origem da Biblioteca Nacional do Brasil, a política adotada após a destruição de seu acervo, em função do terremoto de 1755 foi, principalmente, a doação e a compra.

⁸ Entende-se bibliotecas públicas como sendo um espaço de leitura comum a todos, devendo abarcar em seu acervo obras que sejam de interesse da coletividade a que pertence e conter além da literatura em geral, informações básicas sobre os serviços públicos. Podem ser, segundo o âmbito de atuação, federais, estaduais e municipais.

⁹ MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Ática, 2001. 519 p.

¹⁰ O depósito legal foi instituído na França pelo Rei Francisco I (1494-1547). No Brasil, ele sofreu alterações, desde que surgiu pela primeira vez, em Portugal, por alvará de 12 de

outubro de 1805. Após vários ofícios e avisos, foi regulamentado pelo decreto n.1.825, de 20 de dezembro de 1907 e transformado na lei n.10.994, de 14 de dezembro de 2004.

- ¹¹ MONTE-MÓR, Janice. Patrimônio bibliográfico e a problemática das bibliotecas nacionais. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.22, 1987. p.163.
- ¹² Embora seja um trabalho antigo (1934), sua leitura é importante, especialmente para aqueles que queiram introduzir-se no assunto. O estudo apresentado pelo autor, segundo Janice Monte-Mór, é muito útil para uma visão acerca da trajetória das bibliotecas nacionais no mundo.
- ¹³ A importância de um Boletim Bibliográfico como instrumento de divulgação dos documentos pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional, já tinha sido colocado nos primeiros relatórios redigidos por Manuel Cícero Peregrino da Silva, diretor da BN.
- ¹⁴ MONTE-MÓR, Janice. Patrimônio bibliográfico e a problemática das bibliotecas nacionais. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.22, 1987. p.164.
- ¹⁵ EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p.17
- ¹⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa até Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002. p.32
- ¹⁷ GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. Frei Camilo de Monserrate: estudo bibliográfico. In: *Anais da Bibliotheca Nacional*, Rio de Janeiro, v.12, 1889. p.159.
- ¹⁸ MORAES, Rubens Borba de. *O problema das bibliotecas brasileiras*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1943. p.33.
- ¹⁹ Para maiores informações sobre o assunto, ver LESSA, Clado Ribeiro de. As bibliotecas brasileiras dos tempos coloniais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.191, p.339-345, 1946; MORAES, Rubens. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979; FERREIRA, Tania M. T. Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- ²⁰ MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979. p.26.
- ²¹ Maiores informações In: FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do Cônego*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957.
- ²² CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. Subsídios para história da Biblioteca Nacional. In: *Anais da Bibliotheca Nacional*, v. 101, Rio de Janeiro, 1981. p.132
- ²³ MORAES, Rubens Borba de. *O problema das bibliotecas brasileiras*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1943. p.34.
- ²⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa até Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002. p.400
- ²⁵ Historiador, educador, médico, dirigiu a Biblioteca Nacional no período de 1870 a 1882. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro da Academia Brasileira de Letras, oficial da Instrução Pública da França onde estudou administração e organização de bibliotecas.

-
- ²⁶ Manuel Cícero Peregrino da Silva foi escritor, professor e bibliógrafo, sendo considerado um dos pioneiros no Brasil do planejamento da documentação bibliográfica e da formação de bibliotecários.
- ²⁷ A inauguração de hoje: Bibliotheca Nacional. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p.5, 29 out. 1910.
- ²⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro; DP&A, 2003. p. 60)
- ²⁹ A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, inciso III, inclui como patrimônio cultural brasileiro: (...) as criações científicas, artísticas e tecnológicas. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em :24. set. 2007.
- ³⁰ Grifo nosso.
- ³¹ A expressão “lugares de memória” foi cunhada pelo historiador francês Pierre Nora. Para o autor, é necessário conservar arquivos, assim como comemorar aniversários, preservar monumentos, santuários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres e demais lugares onde se apóia e se exprime a memória coletiva.
- ³² MONTE-MÓR, loc.cit.
- ³³ Paulo Duarte através de denúncias no jornal O Estado de São Paulo, denominada “Contra o Vandalismo e o Extermínio” trouxe a público o estado lastimável que estavam o patrimônio arquitetônico brasileiro. (LEMOS, 1981, p.38)
- ³⁴ Em 1946, o SPHAN teve o seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).Através do Decreto n.66.967, de 27 de julho de 1970, o DPHAN passou a ser chamado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
- ³⁵ Pronunciamento feito por Celso Furtado durante a 124ª Reunião do Conselho Consultivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizada em 13 de janeiro de 1987. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.22, 1987. p.35.
- ³⁶ SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.5
- ³⁷ WILLIAMS, Daryle. Gustavo Capanema; ministro da Cultura. In: Gomes, Ângela de Castro (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p.251-269.
- ³⁸ (CAPANEMA apud BADARÓ, 2000, p.286) BADARÓ, Murilo. *Gustavo Capanema: a revolução na cultura*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- ³⁹ Por tombamento entende-se o instituto jurídico através do qual o Poder Público determina que certos bens culturais serão objeto de proteção especial. O Decreto-lei n.25, de 30/11/1937, que continua em vigor, normalizou na esfera federal o ato de tombamento e é um dos instrumentos legais básicos do IPHAN. O artigo 4º deste Decreto-lei determina a criação de quatro livros de Tombo, nos quais serão inscritos os bens sob a proteção da lei. São eles: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro de Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas-Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 13 out. 2007
- ⁴⁰ BAPTISTA, Antônio C. N. *Biblioteca e memória: preservação no liminar do ano 2000: subsídios a partir da análise conceitual de bibliotecas nacionais*. Rio de Janeiro, 1996.

Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 1996. p.67.

⁴¹ (BARROS apud CHAGAS, 2003, p.165) CHAGAS, Mario. Memória política e política de memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.141-171

⁴² BARATIN, Marc; JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000. p.10

⁴³ MONTE-MÓR, op. Cit.